

SUMÁRIO

LINHA EDITORIAL – EDITORIAL LINE	7
APRESENTAÇÃO – INTRODUCTION	11
INTRODUCTION – APRESENTAÇÃO	15
1ª. SEÇÃO – DIREITO ADMINISTRATIVO	
SECTION 1 – ADMINISTRATIVE LAW	
A) TEORIA GERAL	
A) GENERAL THEORY	
Teoria da argumentação jurídica: a ADPF 54 – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e a ADI 3.510 – Ação Direta de Inconstitucionalidade na perspectiva de Chaïm Perelman <i>Theory of legal argumentation: the ADPF 54 – Claim of Noncompliance with a Fundamental Precept and the ADI 3,510 – Direct Action of Unconstitutionality from the perspective of Chaïm Perelman</i>	
ANDRÉ PEIXOTO DE SOUZA e ROBERTA SANDOVAL FRANÇA NOGAROLLI.....	27
Da teoria da norma jurídica à interpretação: o percurso gerador de sentido <i>From the theory of legal norm to interpretation: the meaning-generating path</i>	
ADRIANO LUIZ BATISTA MESSIAS.....	51
B) SERVIÇOS PÚBLICOS	
B) PUBLIC SERVICES	
Monopólio postal e privatização dos Correios: o diabo está nos detalhes <i>Monopoly of the postal service and privatization of Correios: the evil is in the details</i>	
EDUARDO MOLAN GABAN.....	71

C) PROCESSO ADMINISTRATIVO**C) ADMINISTRATIVE PROCEEDINGS**

A afetação de direitos fundamentais pelo uso de medidas cautelares administrativas

The affectation of fundamental rights by the use of administrative precautionary measures

FLÁVIO GARCIA CABRAL 101

D) LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**D) BIDDING AND ADMINISTRATIVE CONTRACTS**

O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos na Lei 14.133/2021: entre continuidades e novidades

The financial-economic balance of administrative contracts in Brazilian Law no. 14,133/2021: between continuities and changes

PATRICIA BAPTISTA 127

A nova Lei de Licitação e as futuras eleições: anistia geral a condenados?

The new Government Acquisition Law and future elections: general amnesty for convicts?

LUIZ FERNANDO SILVA OLIVEIRA 141

E) DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR**E) ADMINISTRATIVE SANCTIONING LAW**

A responsabilidade da pessoa jurídica no âmbito do Direito Público Sancionador: a incoerência na valoração da culpabilidade no ordenamento jurídico brasileiro

The liability of the legal entity within the scope of Public Sanctioning Law: the inconsistency in the assessment of culpability in the Brazilian legal system

SEBÁSTIAN BORGES DE ALBUQUERQUE MELLO e RITA TOURINHO 163

O ônus da prova da acusação nos processos administrativos sancionadores: a prevalência do princípio da presunção de inocência frente à presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos

The burden of proof of prosecution in sanctioning administrative processes: the prevalence of the principle of presumption of innocence against the presumption of legitimacy and veracity of administrative acts

PEDRO NIEBUHR e AMANDA PAULI DE ROLT 185

F) CONTROLE**F) CONTROL**

Os limites da apreciação judicial (valoração) dos atos *interna corporis*

The limits of judicial assessment (valuation) of interna corporis acts

JOSÉ CARLOS EVANGELISTA DE ARAÚJO 201

Limites ao ativismo judicial em políticas públicas

Limits to judicial activism in public policy

LUIZ FERNANDO ARANTES PAULO 251

2ª. SEÇÃO – DOCTRINA ESTRANGEIRA**SECTION 2 – FOREIGN DOCTRINE**

La transparencia y la publicidad: en las compras públicas y sus límites

Transparency and publicity: in public purchases and their limits

ALEJANDRO CANÓNICO SARABIA 275

Transparencia y buena administración en la sociedad de la información y de las nuevas tecnologías

Transparency and good administration in the information society and new technologies

PABLO SCHIAVI 305

Naturaleza y proceso del contrato gubernamental

Nature and process of the government contract

JAVIER A. ECHEVARRÍA VARGAS 325

3ª. SEÇÃO – COMENTÁRIOS À JURISPRUDÊNCIA**SECTION 3 – COMMENTS OF JURISPRUDENCE**

Repercussão Geral no Recurso Extraordinário 1.041.210/SP: a discussão quanto aos requisitos para criação dos cargos em comissão, com a fixação de tese pelo Supremo Tribunal Federal

General repercussion in Extraordinary Appeal 1,041,210/SP: the discussion regarding the requirements for the creation of commission positions, with the setting of the thesis by the Federal Supreme Court

ANTONIO CARLOS ALVES PINTO SERRANO 347

RE 1.371.786/PE: contribuições sociais e recepção do art. 1º da Lei Complementar 110/2001 pela Emenda Constitucional 33/2001 <i>RE 1,371,786/PE: social contributions and reception of art. 1º of Complementary Law 110/2001 by Constitutional Amendment 33/2001</i>	
JOÃO VICTOR TAVARES GALIL.....	359
Possibilidade de o prestador de serviços públicos suspender o fornecimento de energia elétrica em razão de débito pretérito do destinatário final do serviço: comentários ao Recurso Especial 1.412.433/RS <i>Possibility of the public service provider to suspend the supply of electrical energy in reason of past debit of the final recipient of: comments on Special Resource n. 1,412,433/RS</i>	
CAMILA SANTIAGO CAMPELLO COSTA.....	367
4ª. SEÇÃO – ENTREVISTA	
SECTION 4 – INTERVIEW	
Entrevista com Luiz Alberto David Araujo AUGUSTO NEVES DAL POZZO e RICARDO MARCONDES MARTINS.....	381
5ª. SEÇÃO – MEMÓRIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO	
SECTION 5 – RETROSPECTIVE OF ADMINISTRATIVE LAW	
Características comuns do federalismo <i>Common characteristics of federalism</i>	
LUIZ ALBERTO DAVID ARAUJO.....	417
Legislação municipal e direito de construir <i>Municipal legislation and right to build</i>	
DALMO DE ABREU DALLARI	429
Zoneamento urbano: critérios de interesse público na sua fixação – posição jurídica do interesse privado do vizinho <i>Urban zoning: public interest criteria for setting it legal position of the neighbor's private interest</i>	
OSWALDO ARANHA BANDEIRA DE MELLO.....	445
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTURAL INÉDITA	459
PUBLICATION GUIDELINES FOR AUTHORS TO SUBMIT UNPUBLISHED ARTICLES	461